

**PARECER JUC/CLN Nº 348/2024****INTERESSADO: GCP**

**ASSUNTO: ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA APRESENTADOS PELA LICITANTE AREA COMUNICAÇÃO PROPAGANDA E MARKETING LTDA., REFERENTE À LICITAÇÃO Nº 10017928 - CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE PARA A COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ.**

**RELATÓRIO**

Solicita a Gerência de Contratações e Compras – GCP, análise e elaboração de parecer acerca dos documentos de habilitação apresentados pela licitante **AREA COMUNICAÇÃO PROPAGANDA E MARKETING LTDA.**, participante do processo licitatório em epígrafe, cuja sessão pública ocorreu em 19 de abril de 2024.

É o breve relatório.

**Opina-se.**

Preliminarmente, cumpre a esta Consultoria esclarecer que a presente análise foi efetuada sobre a documentação apresentada pela proponente e restringe-se aos requisitos relativos às cláusulas de habilitação jurídica (item 10.2.1), de regularidade fiscal e trabalhista (item 10.2.2), qualificação econômico-financeira (item 10.2.3 “a”) bem como as Declarações contidas no Anexo III.2 do respectivo edital.

Após o exame dos documentos apresentados, sob o aspecto jurídico-formal, observa-se que a empresa **AREA COMUNICAÇÃO PROPAGANDA E MARKETING LTDA.** cumpriu todas as determinações necessárias, atendendo ao previsto no edital para a fase de habilitação nos itens acima.

## CONCLUSÃO

**Diante do exposto, após análise dos documentos apresentados pela referida licitante, relativamente à documentação exigida no edital, mais especificamente nas cláusulas de habilitação jurídica (item 10.2.1), de regularidade fiscal e trabalhista (item 10.2.2), qualificação econômico-financeira (item 10.2.3 “a”) bem como as Declarações contidas no Anexo III.2 do respectivo edital, opina-se pela regularidade dos documentos da licitante AREA COMUNICAÇÃO PROPAGANDA E MARKETING LTDA.**

Cumprir observar que, nos termos do art. 66 do Regulamento de Licitações, Contratos e demais ajustes da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, a comprovação da regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, deverá ser verificada no momento da contratação.

Salienta-se que deverá ser verificado, ainda, no site específico, se a empresa a ser potencialmente contratada não foi declarada inidônea ou está impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual ou com a Cia. do Metrô, além da consulta ao CADIN ESTADUAL, nos termos do Edital.

O presente parecer possui natureza não vinculativa, conforme consignado no artigo 16 do Regulamento de Licitações, Contratos e Demais Ajustes da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ. Alerta-se que este parecer se atém estritamente aos aspectos jurídicos, legais e doutrinários e apresenta tese juridicamente defensável, não sendo possível, contudo, prever eventuais posicionamentos em sentido diverso por órgãos de controle e pelo Poder Judiciário.

Ademais, há de se esclarecer que o presente foi elaborado de acordo com os documentos encaminhados com a presente consulta.

Eventual alteração das premissas que embasaram a presente análise, como os fatos, documentos, leis e entendimentos jurisprudenciais, poderá suscitar a revisão e alteração das conclusões deste parecer.

É o parecer.